

Considerações e modelos para uma ação musicológica consistente na Paraíba

Pablo Sotuyo Blanco (UFBA)

Resumo: Sendo João Pessoa a terceira cidade mais antiga do Brasil, é viável considerar que, no modelo português de colonização, embora lento, o seu desenvolvimento urbano e social envolvesse atividades religioso-musicais ou litúrgico-musicais. No mesmo sentido, nada poderia evitar que atividades musicais de cunho não-eclesiástico (seja no teatro, no largo, no salão ou domesticamente) tenham se desenvolvido na região. Partindo desse pressuposto, o presente artigo proporá alguns dos caminhos e modelos possíveis para desenvolver a musicologia no Estado da Paraíba, através de uma ação coordenada a partir da capital em direção ao interior, com o objetivo de integrar o referido Estado ao mapa em re-construção da história da música no Brasil e da musicologia em âmbito acadêmico, pelo mapeamento e resgate do seu acervo documental relativo à Música.

Palavras-Chaves: Paraíba. Musicologia histórica. Arquivologia musical. Patrimônio musical.

Considerations and models toward a consistent musicological action in Paraíba

Abstract: João Pessoa (Capital of the Brazilian State of Paraíba) is the third oldest city in Brazil. Considering the Portuguese colonization model, it is to be thought that its urban and social development, even though slow, might have included music in the different religious and/or liturgical activities. In the same way, non-ecclesiastical musical activities (at theaters, plazas, chambers or simply at home) might have shown a similar development. This article proposes possible ways and models to allow the development of Musicology throughout the State of Paraíba, by means of a coordinated action from its capital city toward the in-land, focusing not only on integration into the map of Brazilian music history - which is presently being rebuilt, but also into the web of academic production in musicology, through the location, treatment and recovering of its historical musical documents.

Keywords: Paraíba. Historical musicology. Musical archiving. Musical patrimony.

Introdução à história da música na Paraíba

A música é uma presença indiscutível na Paraíba. As suas matrizes culturais permeiam tanto os vetores de ação e desenvolvimento quanto os princípios artístico-estéticos nos seus vários níveis. Diversos e valiosos são os seus músicos, compositores, arranjadores, orquestradores e demais pessoas envolvidas no fazer prático musical.

Embora a prática musical na Paraíba seja uma importante e inegável ferramenta na manutenção das diversas tradições musicais (das quais a etnomusicologia local e regional vem se ocupando com sucesso), a sua história musical de tradição escrita anterior ao século XX parece ter caído no esquecimento.

Em se falando em história, no seu artigo *A Paraíba no período colonial*, Regina Célia Gonçalves, pesquisadora paraibana, já indicava que:

Entre as muitas áreas e temas da história da Paraíba ainda por investigar podemos arrolar as seguintes:

- * Paleontologia/Arqueologia (pré-histórica e histórica): [...];
- * História militar: [...];
- * História do meio-ambiente: [...];
- * História urbana: [...];
- * História econômica: [...];
- * História administrativa: [...];
- * História social: [...].

Ou seja, nós, historiadores, estamos frente a um desafio de amplas proporções. Trata-se, em primeiro lugar, de lutar pela localização das fontes documentais que municiem novas pesquisas e pela preservação e conservação daquelas fontes de que já dispomos e, trata-se, de debruçarmo-nos sobre tais acervos, em busca de respostas a tantas questões relevantes suscitadas pela história da Paraíba. (GONÇALVES, 2000)

Aos supracitados temas e áreas deve-se acrescentar, sem dúvidas, a história da música na Paraíba em todos os seus aspectos possíveis (militar, cível, religiosa, etc).

Desde a sua fundação por Alvará de 29 de dezembro de 1583 e início da sua efetiva construção em 4 de novembro de 1585, a cidade de Nossa Senhora das Neves (nome que recebeu em homenagem à data do desembarque de João Tavares no rio Paraíba em 5 de agosto daquele mesmo ano), foi local importante e estratégico no território ao norte de Pernambuco. Dessa região cuja organização territorial chegou ao atual Estado da Paraíba, poucas são as informações conhecidas da sua vida musical, até meados do século XX.

Cronistas como Wellington Aguiar (1993) e Francisco Coutinho de Lima e Moura (1938; 1939; 1946) entre outros, transmitiram suas memórias de juventude (ocorrida durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX) lembrando os diversos sons urbanos (dos sinos das igrejas e conventos, ou dos toques de alvorada dos quartéis) ou repetindo as afirmações de autores anteriores tais como Cavalcanti (1972) Schmalz (1966), Barbosa (1953), até mesmo de viajantes como Henry Koster (que visitou o Nordeste em 1816) ou do texto da *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, escrita por Elias Herckmans em 1639 e que “somente em 1869 [...] foi impresso pela primeira vez, na Crônica do Instituto de Utrecht” (AGUIAR, 1993, p. 52). Detecta-se assim certa tradição local de cronistas que, com escassas intervenções, re-avaliações ou questionamentos, repetem informações do passado paraibano junto à sua avaliação contextual, num estilo de escrita que dificulta muito a localização das fontes primárias a fim de uma eventual verificação documental posterior.

À guisa de exemplo, entre as informações do passado musical paraibano preservadas na tradição local de cronistas, em 1919 Irineu Ferreira Pinto indicava claramente a presença da música no seu aspecto funcional religioso, quando descrevia que, no ano de 1821, “Pela feliz chegada de S. Mag.e El Rei D. João VI em Lisboa, manda fazer o Senado da Câmara da capital um Te-Deum e Missa solemne em acção de graças, sendo o Mestre de Música Manoel do Nascimento Quaresma encarregado do côro por 16\$000.” (1977, 3)

Em que documentação se baseou Ferreira Pinto para tal afirmação? Quais as fontes consultadas? Sem duvidar da seriedade do autor paraibano, devemos admitir que a nova musicologia no Brasil vem desenvolvendo um amplo espaço de crítica textual e histórica, sobretudo no que diz respeito à construção do discurso histórico musical sobre bases mais claramente balizadas e verificáveis. Neste sentido, esse tipo de informações requer estudos e pesquisas mais específicos. Na atual situação da pesquisa histórica musical paraibana, perguntas tais como qual a tradição litúrgica musical específica da Missa solene e do Te Deum realizados naquela data, ou se seria a quantia indicada o pagamento regular como mestre de capela (caso assim fosse) ou um adicional estabelecido pelo Senado da Câmara para a contratação de músicos (vocalistas ou até instrumentistas) para o maior brilho da citada celebração, seriam difíceis de responder sem cair na especulação infundada. No entanto, elas nos incitam a procurar caminhos para resolver tais necessidades da pesquisa histórica musical com fundamento documental.

Na busca pela solução dessas necessidades, apresenta-se a continuação uma proposta inicial de organização da ação musicológica a ser desenvolvida na Paraíba, baseada e modelada a partir da conceituação desenvolvida e a metodologia aplicada pelo autor em território baiano (Cf. SOTUYO BLANCO 2003; 2004b; 2007).

Por uma ação musicológica consistente na Paraíba

A história social do Brasil nos ensina que a atividade musical tem se desenvolvido (e ainda se desenvolve) articulada em uma rede de instituições, cujas características permitem reconhecer a natureza dos seus produtos. Instituições religiosas, laicas, civis, militares, públicas e/ou privadas experimentaram, na história, um número significativo de cruzamentos e/ou superposições entre elas, cujos arquivos refletem o grau de interação e de circulação de documentos e materiais relativos à música. A cuidadosa consideração destes aspectos históricos, sociais e institucionais ajudará em muito a atingir os objetivos musicológicos propostos.

Sendo a música, dentre as várias definições possíveis, uma atividade humana descritível como sonora, intelectual e cultural, a sua realização e o seu desenvolvimento podem ser observados tanto em âmbitos rurais quanto urbanos.

Em se tratando aqui da sua tradição escrita, e considerando as características operacionais inerentes à atividade musical individual ou coletiva (criação, registro, cópia, estudo, prática, ensaio, execução, recepção, circulação, renovação de repertório), tendo a aceitar cada vez mais a idéia fundamental de que “quem interage com música, acaba acumulando música – seja nas manifestações e/ou suportes que forem, no contexto da indústria musical ocidental” (SOTUYO BLANCO 2004e, 233). Neste sentido, os âmbitos urbanos (Fig. 1) ganhariam relevo frente aos rurais (Fig. 2), embora não os eliminem. Conseqüentemente, a documentação relativa a tais atividades deveria poder ser localizada e identificada mais facilmente nos espaços específicos do âmbito urbano onde sabidamente ela acontecia. Dentre tais espaços, se distinguem o religioso (incluindo o eclesiástico e as organizações de leigos ao seu redor) e o cível (incluindo o militar, o artístico, o teatral e, eventualmente, o social e o doméstico). A observação das Figuras 1 e 2 permite identificar um maior número de espaços presumivelmente diferenciados acusticamente e, portanto, aproveitáveis para a prática musical no âmbito urbano (Fig. 1), como o Pavilhão do Chá (no centro da praça), o palacete do Barão do Abiahy (ao fundo), dentre outros. Já no âmbito rural (Fig. 2), as opções se apresentam mais escassas: dentro ou fora das moradias, sem muita diferenciação entre os espaços internos.



Figura 1 – Vista parcial de João Pessoa (1935, autor desconhecido) - Praça Venâncio Neiva e Pavilhão do Chá
Acervo: Edival Toscano Varandas.

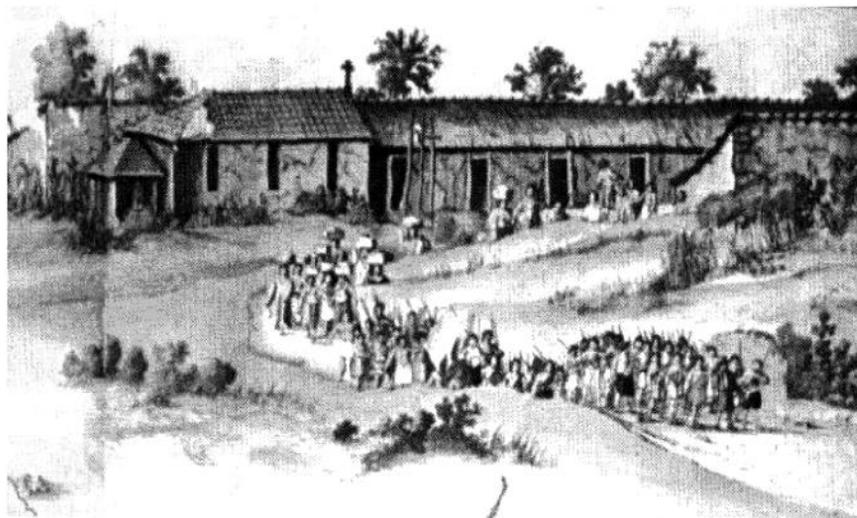


Figura 2 – Engenho na Paraíba (Franz Post, 1645)

A partir das considerações anteriores, pode-se prever a existência das seguintes categorias de conjuntos arquivísticos ou fundos documentais: a) fundos religiosos (eclesiásticos e de irmandades, devoções, confrarias e ordens menores ou terceiras); b) fundos cíveis institucionais (arquivos, bibliotecas, museus e outros centros de documentação) c) fundos cíveis de instituições e/ou conjuntos musicais (bandas civis ou militares, orquestras, corais, etc); d) fundos cíveis de estabelecimentos recreativos (clubes, teatros, cinemas e salões); e, finalmente, e) fundos cíveis individuais (arquivos pessoais e coleções particulares).¹

Assim, só nos resta identificar os locais específicos onde tais interações aconteceram e cujos fundos documentais ajudarão a escrever a história da música na Paraíba de maneira consistente.

a) Fundos religiosos

Em 2002 o Papa João Paulo II, em visita ao Nordeste brasileiro, dizia: “Tendes diante dos olhos, como um livro aberto, essa grande região, com toda a sua realidade histórica, social e religiosa. A fé do povo brasileiro teve origem prevalentemente nestas paragens. [...] O tempo não pode cancelar a memória”. (S.S. JOÃO PAULO II, 2002)

Focando o alcance dessa memória na Paraíba, os arquivos eclesiásticos emergem como os depositários naturais das atividades social e musical (litúrgica, paralitúrgica, etc.) que a Igreja, no seu papel histórico, artístico e cultural, desenvolveu na sua interação social. Assim, eles ainda são fontes de valiosas informações fundamentais para pesquisas musicológicas.

No intuito de realizar um levantamento geral dos fundos documentais relativos à música nos arquivos eclesiásticos, seguindo critérios de distribuição geográfico-diocesanos, o território paraibano foi mapeado segundo a sua organização territorial eclesiástica.

¹ Em função de estarmos apresentando uma proposta ainda em estágio operacional preliminar, este texto reorganizará ditas categorias de conjuntos arquivísticos em quatro [a) fundos religiosos, b) fundos cíveis institucionais, c) fundos cíveis de instituições, estabelecimentos e conjuntos musicais ou recreativos; e, finalmente, d) fundos cíveis individuais] só tratando das três primeiras.

Segundo o Código de Direito Canônico nos seus cânones 491² e 535,³ cada paróquia deve manter o seu arquivo, assim como cada diocese deve manter um arquivo corrente e um outro histórico, contendo cópias dos documentos emitidos nas diversas paróquias da diocese e dos originais emitidos no local.

Incluída na Regional Nordeste 2, a Arquidiocese da Paraíba conta com 4 Dioceses sufragâneas e um total de 188 paróquias. Considerando o peso legal eclesiástico dos cânones acima referidos, poder-se-ia esperar um mínimo de 198 arquivos eclesiásticos a serem pesquisados (Tabela 1).⁴

Circunscrição Eclesiástica	Nº Paróquias	Nº Arquivos estimados
Arquidiocese de N. Sra. das Neves	64	65
Diocese de Campina Grande	34	35
Diocese de Guarabira	23	24
Diocese de Cajazeiras	40	41
Diocese de Patos	27	28
TOTAL=	188	193

Tabela 1 – Arquivos Diocesanos e Paroquiais por circunscrição eclesiástica paraibana

Por sua vez, levando em consideração que as congregações religiosas e as organizações de leigos a elas vinculadas costumam manter arquivos próprios, um estudo das 45 congregações (masculinas ou femininas)⁵ hoje presentes na Paraíba, junto às mais de 15 confrarias, devoções, irmandades e ordens terceiras no território paraibano,⁶ completam um acréscimo significativo no número de arquivos eclesiásticos a serem pesquisados, ultrapassando os 250 arquivos religiosos relativos à pesquisa histórica em Música.

² “491 § 1. Cuide el Obispo diocesano de que se conserven diligentemente las actas y documentos contenidos en los archivos de las iglesias catedralicias, de las colegiadas, de las parroquias y de las demás iglesias de su territorio, y de que se hagan inventarios o índices en doble ejemplar, uno de los cuales se guardará en el archivo propio, y el otro en el archivo diocesano. § 2. Cuide también el Obispo diocesano de que haya en la diócesis un archivo histórico, y de que en él se guarden con cuidado y se ordenen de modo sistemático los documentos que tengan valor histórico. § 3. Para examinar o sacar de su sitio las actas y documentos aludidos en los §§ 1 y 2, deben observarse las normas establecidas por el Obispo diocesano.” (S.S. JOÃO PAULO II, 1983. Disponível em <http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_P10.HTM>).

³ “535 § 1. En cada parroquia se han de llevar los libros parroquiales, es decir de bautizados, de matrimonios y de difuntos, y aquellos otros prescritos por la Conferencia Episcopal o por el Obispo diocesano; cuide el párroco de que esos libros se anoten con exactitud y se guarden diligentemente. § 2. En el libro de bautizados se anotará también la confirmación, así como lo que se refiere al estado canónico de los fieles por razón del matrimonio, quedando a salvo lo que prescribe el c. 1133, por razón de la adopción, de la recepción del orden sagrado, de la profesión perpetua emitida en un instituto religioso y del cambio de rito; y esas anotaciones han de hacerse constar siempre en la partida del bautismo. § 3. Cada parroquia ha de tener su propio sello; los certificados que se refieren al estado canónico de los fieles, así como también las demás actas que puedan tener valor jurídico, deben llevar la firma del párroco o de su delegado, y el sello parroquial. § 4. En toda parroquia ha de haber una estantería o archivo, donde se guarden los libros parroquiales, juntamente con las cartas de los Obispos y otros documentos que deben conservarse por motivos de necesidad o de utilidad; todo ello debe ser revisado por el Obispo diocesano o por su delegado en tiempo de visita o en otra ocasión oportuna, y cuide el párroco de que no vaya a parar a manos extrañas. § 5. También deben conservarse diligentemente los libros parroquiales más antiguos, según las prescripciones del derecho particular.” (S.S. JOÃO PAULO II, 1983. Disponível em <http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_P11.HTM>).

⁴ Este número é apenas uma estimativa geral dos Arquivos Diocesanos e Paroquiais. O número definitivo dependerá do tipo de documentação mantida neles.

⁵ Cf. ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 2008.

⁶ Este número se baseia no número de festividades religiosas com duração entre 3 e 13 dias, tradicionalmente mantidas por leigos organizados institucionalmente (Cf. Empresa PBTUR, 2003).

Ainda, lembrando que historicamente a atual Arquidiocese da Paraíba pertenceu sucessivamente às Dioceses de São Salvador da Bahia (até 1676) e à de Olinda (até 1892), incluindo o atual Estado de Rio Grande do Norte até 1914,⁷ o âmbito das pesquisas documentais eclesásticas musicais poderiam ganhar um território maior para se desenvolverem.

b) Fundos cíveis institucionais oficiais

Em relação ao espaço geográfico a ser pesquisado, dever-se-iam adotar critérios dependentes da organização política do Estado.

A partir de informações obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), o Estado da Paraíba conta com 223 municípios num território de 56.439,838 km² com uma população estimada em 2005 de 3.595.886 habitantes. De acordo com o IBGE, a Paraíba se divide em quatro mesorregiões - Zona da Mata, Zona do Agreste, Zona da Borborema e Zona do Sertão – que, por sua vez, estão subdivididas em 23 microrregiões. Os 223 municípios ficam, então, assim distribuídos: 30 na Zona da Mata; 66 na Zona do Agreste; 45 na Zona da Borborema; e 82 na Zona do Sertão (Fig. 3). Tais informações ajudam a dimensionar a ação musicológica no mapa do Estado, permitindo realizar eventuais estimações do tempo e dos recursos necessários (humanos e financeiros), visando à otimização da sua aplicação na necessidade de percorrer a sua extensão geográfica com aproveitamento da sua rede rodoviária (Fig. 4).



Figura 3 – Mapa da Paraíba: Divisão geopolítica (Ministério dos Transportes, 2008).

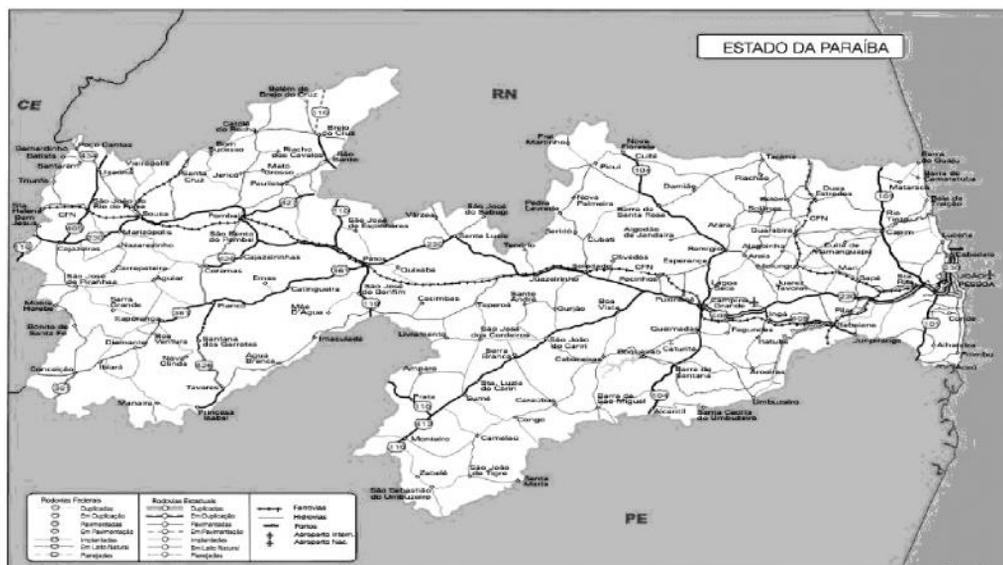


Figura 4 – Mapa rodoviário da Província da Paraíba (Ministério dos Transportes, 2008).

⁷ Nesse ano a Paraíba foi separada da Diocese de Rio Grande do Norte e elevada à categoria de Arquidiocese e Sé Metropolitana pela Bula *Maius Catholicae Religionis Incrementum*, promulgada pelo Papa Pio X (Cf. ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 2008).

Considerando que a atual rede rodoviária na Paraíba se desenvolveu a partir dos processos históricos de exploração e povoamento territorial – que em muito dependeram da sua rede hidrográfica, cujo mapeamento foi de grande interesse geopolítico desde os tempos coloniais (Fig. 5),⁸ com conseqüências na organização do desenvolvimento urbano – o necessário levantamento arquivístico deveria começar pela mesorregião da Zona da Mata, na microrregião de João Pessoa procurando, gradativamente, abranger o resto do território estadual.

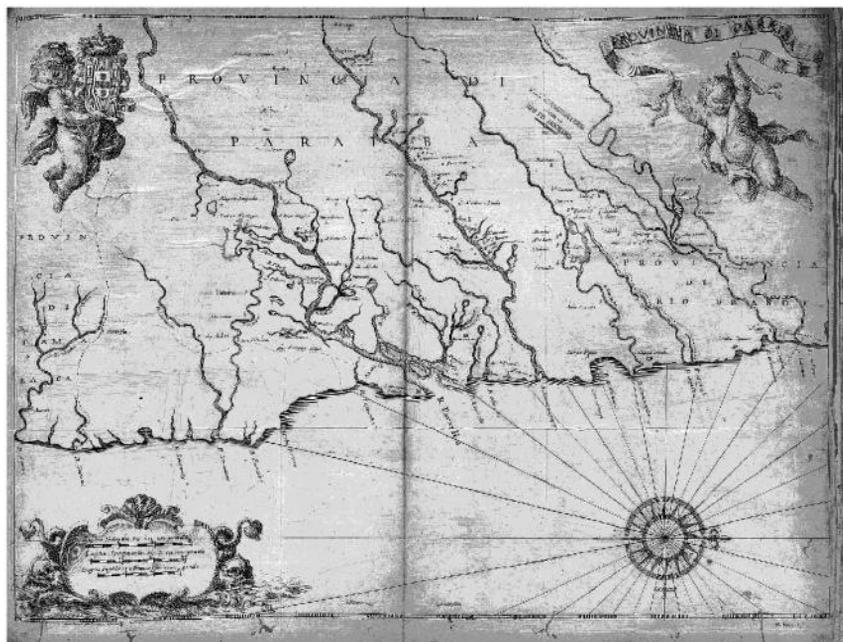


Figura 5 – Mapa da Província da Paraíba (Andreas Antonius Horatius, 1698) (Observe-se a localização dos diversos locais e povoados sempre perto dos rios).

Considerando que, em termos gerais, todo Estado brasileiro deve contar com um arquivo público localizado na capital e que cada município deveria contar com seu respectivo arquivo público (e que geralmente também cumprem funções de arquivos históricos),⁹ teríamos em todo o território paraibano um mínimo de 224 arquivos públicos. Se ao referido número acrescentamos as mais de 110 bibliotecas municipais¹⁰ e institucionais espalhadas pelo Estado, junto aos arquivos cartoriais, o número ascenderá a mais de 330.

c) Fundos cíveis de instituições, estabelecimentos e conjuntos musicais ou recreativos

Os diversos conjuntos musicais e/ou as instituições ligadas ao fazer musical tendem, por sua natureza e função, a possuírem acervos documentais relativos à música. Além da Orquestra Sinfônica da Paraíba e do Departamento de Música da UFPB, a Escola de Música de Mangabeira e o Espaço Cultural José Lins do

⁸ O estudo do processo histórico no desenvolvimento de outras redes de integração territoriais de relevância (como a dos boiadeiros, dos correios ou das ferrovias) permitirá uma melhor organização da ação musicológica a ser iniciada.

⁹ Perante a eventual inexistência formal de um arquivo público nos municípios, a custódia dos documentos costuma ser desenvolvida pelo Fórum do mesmo. Mesmo assim, muitas vezes a documentação mais antiga costuma ser recolhida e enviada ao Arquivo Público do Estado.

¹⁰ Estima-se aqui um número de bibliotecas municipais inferior ao 50% dos municípios da Paraíba, incluindo as suas diversas formalizações como ser Casas da Cultura e Centros Culturais municipais, dentre outras.

Rego com as suas dependências, junto às mais de 100 bandas constantes no Estado, tendo sido a mais antiga fundada em 1874 (Cf. FUNARTE, 2008), além das fanfarras e outros conjuntos corais institucionais, pode-se prever que o número de 100 arquivos a serem investigados e listados pela FUNARTE seria rapidamente ultrapassado. Além desses acervos, dever-se-iam incluir os de estabelecimentos recreativos, alguns deles com tradição histórica (como clubes, teatros, cinemas e salões).

Somando os valores mínimos até aqui arrolados: 250 fundos documentais religiosos, 330 do tipo institucional público, 100 fundos ligados a instituições eminentemente musicais, sem contar o previsível alto número de arquivos pessoais e coleções documentais particulares (última das categorias de fundos arquivísticos aqui considerada), poder-se-ia estimar que o mínimo de fundos documentais passíveis de estudo no Estado da Paraíba ultrapassa os 680. Um bom número para acreditarmos que o desenvolvimento da musicologia histórica em território paraibano é viável.

A partir do contato com a documentação (que poderá incluir partituras, documentos contábeis, atas, certidões e até iconografia e instrumentos, dentre vários outros) dever-se-á incorporar o uso das disciplinas auxiliares à Musicologia. Além da História e da Arquivologia Musical, contam-se entre elas outras como Teoria e Análise, Crítica textual, Lexicografia e Terminologia, Organologia e Iconografia, Práticas interpretativas, Estética e Crítica musical, Sociologia, Psicologia e Audição.¹¹

A partir do supracitado volume arquivístico, não seria difícil iniciar uma série de pesquisas históricas, a partir das quais poder-se-iam desenvolver concomitantemente várias das referidas disciplinas auxiliares, tais como estudos teóricos e analíticos, críticos, pesquisas arquivológicas, assim como lexicográficas e terminológicas. Se acrescentarmos agora o estudo da iconografia musical presente nas artes visuais realizadas na Paraíba (tanto no âmbito religioso quanto profano), estudos desse tipo junto aos organológicos, com as suas conseqüências no estudo das práticas interpretativas, seriam possíveis.

Uma vez atingido este nível, a investigação relativa à elaboração e à conceituação estética e crítica musical, assim como estágios mais avançados de pesquisa (como os relativos à sociologia, psicologia e audição, assim como estudos de sexo e gênero) no contexto da história musical paraibana, sinalizariam o sucesso definitivo do empreendimento inicial.

A guisa de exemplo dos eventuais estudos que poderiam se desenvolver a partir da iconografia musical paraibana, sobre mudanças na instrumentação, assim como relativos ao sexo e gênero na música, as Figuras 6 a 8 mostram três integrações da Banda Filarmônica de Sumé, fotografadas entre 1926 e 1948. Considerando apenas as pessoas que aparecem fardadas nas fotos, pode-se observar que no lapso de 22 anos, essa Filarmônica manteve um corpo estável de uns 20 músicos, havendo no mesmo período incorporado instrumentos tais como a tuba contra-baixo e trocado o trombone de pistões por trombone de vara. De maneira semelhante, observando os rostos se detecta que a referida instituição incluía nos seus quadros efetivos alguns adultos, um bom número de moços junto com algumas crianças, fator importante na permanência da prática musical local através do tempo. Ainda poder-se-ia procurar explicar o porquê da ausência quase total de mulheres entre os seus integrantes (exceção feita a Natalice Evangelista na Figura 7, em pé ao meio)

¹¹ Cf. DUCKLES, 1980.



Figura 6 – Banda Filarmônica de Sumé (PB) - (fotógrafo desconhecido, 1926)



Figura 7 – Banda Filarmônica de Sumé na rua Sta. Cruz (fotógrafo desconhecido, 1940)

Em pé: Maestro Antonio Josué, Cajarana, Luiz Mulatinho, Pedroza, Chico Marçal, Zé de Otaviano, Zé Alexandre, Nelson de Odilon, Natalice Evangelista, Satinho, Aristides (guarda fiscal) e Raimundo Sabiá. Sentados: Silvestre, Meirinha, Demóstenes, Eleutério, Marcionilo Curau, Luiz Mendonça, Toinho de João Alfredo Velho, Barata, João de Maria Luiza e Mezinho de João Côco. Meninos: Geraldo e Socorro (filhos de Antonio Josué) e, no meio, Assis (filho de Josina e sobrinho de Antonio Josué. [Cf. Sumé (PB) 2008]



Figura 8 - Banda Filarmônica de Sumé (PB) - (fotógrafo desconhecido, 08/12/1948)

Em pé: Zé Leite, Zé do Padre, Zé Matuto, Joãozinho de Pretinha, Nelson de Odilon, Silvio de Mané de Rita, (Irmão de Zé Goiaba). Sentados (fila do meio): Faustino Barros, Severino Leite, Pedro Henrique, Sérgio de dona Nêga, Severino Maciel, Louro de João Alfredo e João de Maria Luiza. Sentados na frente: Maestro José Bizunga, Lourival do Feijão, Caetano, Geraldo Mendonça (Cocada), Eleutério, Luizinho de Jacó, Zezinho Mendonça e Inácio de Biu (este em pé). [Cf. Sumé (PB) 2008]

Modelos de pesquisa no âmbito profano e religioso

Para finalizar e à guisa de exemplos das ações musicológicas realizáveis institucionalmente e iniciáveis em curto prazo, a partir dos dados até aqui levantados, teríamos: a) a história musical das bandas e filarmônicas no Estado da Paraíba e, b) aspectos diacrônicos e sincrônicos na prática musical das novenas (incluindo tríduos, setenários e trezenas) no Estado da Paraíba.

Com relação à história musical das bandas e filarmônicas no Estado da Paraíba, a lista publicada pela FUNARTE (2008), incluindo dados como o nome da banda, endereço e contatos, permite distribuí-las nos diversos municípios, facilitando assim a sua localização e a aplicação ergonômica dos recursos humanos e econômicos (Tabela 2). Embora não seja uma lista completa, pode ser ampliada com uma busca pela *internet* com eventual confirmação iconográfica (Fig. 9).

Município	Nº de Bandas	Ano fundação mais antigo
Alagoinha	1	1983
Alcantil	1	-
Alhandra	1	-
Araruna	1	-
Areia	1	1947
Areia de Baraúnas	1	-
Areial	2	1999
Bananeiras	2	1977
Baraúnas	1	-
Barra de Santa Rosa	1	-
Boa Ventura	1	-
Boa Vista	1	-
Caaporã	1	-
Cabedelo	2	1999
Cacimba de Dentro	1	-
Cacimbas	1	-
Caçara	2	1997
Caldas Brandão	1	-
Campina Grande	1	1952
Catingueira	1	-
Catolé do Rocha	1	-
Caturité	1	-
Conceição	1	1922
Congo	1	-
Coremas	1	1999
Cruz do Espírito Santo	1	-
Cuité	1	-
Curral Velho	1	-
Desterro	2	1999
Diamante	1	-
Fagundes	1	-
Gurinhém	1	-
Igaracy	1	-
Ingá	1	1947
Itabaiana	1	-
Itatuba	1	-
Jacaraú	1	-
João Pessoa	2	1971
Juripiranga	1	-
Jurú	1	-
Lagoa de Dentro	1	-
Lucena	2	1999

Município	Nº de Bandas	Ano fundação mais antigo
Mãe D'Água	1	-
Marcação	1	-
Montadas	1	-
Monteiro	2	1967
Mulungú	1	-
Nova Floresta	1	1965
Nova Olinda	1	-
Nova Palmeira	1	-
Olho D'Água	1	-
Patos	2	1931
Pedra Lavrada	2	1962
Piancó	1	-
Picuí	2	1906
Pilões	1	-
Pirpirituba	2	1998
Pitimbu	1	-
Pocinhos	1	-
Poço Dantas	1	-
Poço de José de Moura	1	-
Queimadas	1	-
Riachão	1	-
Riacho de Santo Antônio	1	-
Rio Tinto	2	1991
Santa Ana	1	1997
Santa Cecília	1	-
Santa Inês	1	-
Santa Luzia	1	1874
São Francisco	1	-
São João do Rio do Peixe	2	1968
São José dos Ramos	2	-
São Mamede	1	1996
São Vicente do Seridó	1	-
Sapé	3	1922
Serra Branca	1	-
Serra Redonda	1	-
Solânea	2	1983
Soledade	2	1998
Sumé	1	1925
Taperoá*	1*	1912?*
Tavares	1	-
Uiraúna	3	1914
Vista Serrana	1	-

* acréscimo a partir de pesquisa na internet.

Tabela 2 – Distribuição das bandas nos municípios paraibanos (fonte: FUNARTE, 2008; ampliada pelo autor)



Figura 9 – Banda Filarmônica de Taperoá (fotógrafo desconhecido, sem data [ca. 1950?]).

Tendo destacado em **negrito** os municípios com mais de uma banda em funcionamento e as datas de fundação anteriores a meados do século XX, seria muito útil estudar a localização geográfica das mesmas para tentar traçar cronologias e entender a forma de disseminação ou supervivência desse tipo de conjuntos instrumentais institucionais no Estado, utilizando, dentre outras ferramentas possíveis, a história da sua organização territorial (Cf. SOTUYO BLANCO, 2005). Uma vez esclarecido o padrão de disseminação e/ou de sobrevivência das mesmas, assim como da transmissão e circulação do repertório musical em nível institucional (Cf. MENDES & SOTUYO BLANCO, 2007), se iniciará a visita aos arquivos localizados, acompanhando os caminhos históricos do seu desenvolvimento. Inevitavelmente, este tipo de pesquisa só concluirá quando atingir o nível dos fundos documentais particulares, para o que o pesquisador poderá fazer uso do Guia para Localização de Acervos Não Institucionais de Música – GLANIM (Cf. SOTUYO BLANCO, 2004e) assim como iniciar as diversas atividades inerentes à Arquivologia Musical (Cf. COTTA & SOTUYO BLANCO, 2006).

Dentre as possibilidades de estudo das organizações e instituições com atividade musical localizadas na Paraíba, poder-se-ia observar, por exemplo, as relações e graus de dependência com o poder público e os seus programas de incentivo à cultura mais ou menos dirigidos (Cf. SOTUYO BLANCO, 2006) ou, a partir dos documentos iconográficos, os processos de estabelecimento das práticas e usos instrumentais em diversos contextos, como já foi comentado neste texto.

Ainda, os encontros anuais de bandas e fanfarras, como os realizados tanto em Massaranduba quanto em Catolé do Rocha durante junho e novembro, respectivamente (Cf. PBTUR, 2003), permitirão observar ao vivo e *in loco* diversos aspectos relativos à prática musical específica.

Com relação ao estudo dos aspectos diacrônicos e sincrônicos na prática musical das Novenas (incluindo Tríduos, Setenários e Trezenas) no Estado da Paraíba, poder-se-ia iniciar pesquisando cada uma das suas manifestações na atualidade e, a partir daí, traçar os respectivos históricos.

Neste sentido, a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR), através da sua Gerência de Promoções e Eventos, facilita ao pesquisador todo ano o seu *Calendário Estadual de Eventos*, listando as festividades nos municípios informados, incluindo contatos e outras informações úteis no estágio de pré-produção da pesquisa de campo (Cf. PBTUR, 2003). Para o ano de 2003, foram incluídas 97 festas religiosas em todo o Estado da Paraíba (Tabela 3). O estudo preliminar da sua distribuição geográfica e cronológica fornecerá ao pesquisador elemento fundamental para uma melhor organização do cronograma da pesquisa.

Nº	Mês	EVENTOS	CIDADE/LOCAL	DATAS
1	JAN.	Nossa Senhora do Livramento e Santos Reis	Bananeiras	01 a 06/01
2		Festa de São Sebastião	Bayeux	10 a 20/01
3		Festa de São Sebastião	Aguiar	11 a 20/01
4		Festa do Padroeiro São Sebastião	Gurjão	11 a 20/01
5		Festa de São Sebastião	Santa Luzia / Bairro São Sebastião	16 a 20/01
6		Festa de São Sebastião	Forte Velho / Santa Rita	18 a 20/01
7		Festa do Padroeiro São Sebastião	Nazarezinho	19/01
8		Festa do Padroeiro de São Sebastião	Picuí	20/01
9		Festa do Padroeiro de São Sebastião	São João do Tigre / Povoado de Cacimbinha	21/01
10		Festa de Santa Inês	Santa Inês	21/01
11	FEB.	Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores	Caldas Brandão	01/02
12		Festa de Nossa Senhora de Santana	Santana dos Garrotes	07/02
13		Festa de São Sebastião	Juripiranga	23/02
14	MAR.	Festa de São José	Bananeiras	19/03
15		Festa do Padroeiro São José	Curral Velho	19/03
16	ABR.	Paixão de Cristo	Cuité	17 a 18/04
17		Auto de Deus	João Pessoa / Praça Pedro Américo	17 a 20/04
18		Paixão de Cristo	Santa Rita / Praça Getúlio Vargas	18/04
19		Festa da Páscoa	Brejo do Cruz	20/04
20		Festa da Páscoa	Cabaceiras	20/04
21		Paixão de Cristo	Bayeux	29/04
22	MAI.	Festa da Padroeira Santa Rita de Cássia	Santa Rita / Getúlio Vargas	14 a 22/05
23		Festa da Santa Cruz	Baía da Traição / Aldeia São Miguel	03/05
24		Festa de Nossa Senhora de Fátima	Santa Helena	31/05
25	JUN.	Festa de Santo Antonio	Alhandra	12/06
26		Festa de Santo Antonio e São João	Solânea	13 a 24/06
27		Festa de Santo Antonio	Pedra Branca	13/06
28		São João	Bayeux	19 a 25/06
29		Corpus Crist	Santa Rita	19/06
30		São João	Santa Luzia YAYU Clube	20 a 24/06
31		São João	João Pessoa / Parque de Exposição	20 a 29/06
32		São João	Gurjão	22 a 24/06
33		São João	Bananeiras	23 a 24/06
34		São João	Nazarezinho	23/06
35		São João	Pocinhos	23 a 30/06
36		São João e São Pedro	Santa Rita – Tibiri II	23 a 29/06
37		São João	Pedra Branca	24/06
38		Festa de São João	Picuí	24/06
39		Festa de São João e São Pedro	São Domingos de Pombal	24 a 29/06
40		Festa do Padroeiro São João Batista	São João do Tigre / Sede do Município	24/06
41		Festa de São João	Caldas Brandão / Cajá	24/06
42		São João	Prata	24/06
43		Festa do Padroeiro São Pedro e São Paulo	Santa Rita	26 a 29/06
44		Festa de São Pedro	Santa Inês	27 a 28/06
45		Festa de São Pedro	Cabaceiras	28 a 29/06
46		São Pedro	Parari	28/06
47		São Pedro	Nazarezinho	28/06
48		Festa do Padroeiro São Francisco	São Francisco	28/06
49		São Pedro	Pedra Branca	29/06
50		Festa de São Pedro	Caldas Brandão / Cajá	29/06
51		Festa de São Pedro e Vaquejada	Picuí	29/06
52	JUL.	Festa de Nossa Senhora do Carmo	Tavares / Auto da Capela	16/07
53		Festa da Padroeira Santa Maria Madalena	São João do Tigre / Distrito de Santa Madalena	22/07
54		Festa de Santa Maria Madalena	Teixeira	22/07
55		Sábado de Santana	Caldas Brandão / cajá	26/07
56	AGO.	Festa das Neves	João Pessoa	01 a 05/08
57		Festa do Padroeiro São Domingos de Gusmão	São Domingos de Pombal	08/08
58		Festa da Padroeira	Alhandra	15/08
59	SET.	Festa da Padroeira Nossa Senhora do Livramento	Santa Rita / Livramento	01 a 07/09
60		Festa de Nossa Senhora dos Remédios	Catolé do Rocha	01 a 08/09
61		Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Milagres	São João do Cariri	01 a 08/09
62		Festa de Nossa Senhora das Dôres	Mãe D'água	15/09
63		Festa do Padroeiro São Miguel Arcanjo	Tavares / Vias Públicas	20 a 29/09

66		Festa da Padroeira Santa Helena	Santa Helena	28/09
67	OUT.	Festa da Padroeira – Santa Terezinha do Menino Jesus	Massaranduba	03/10
68		Festa de São Francisco	Nazarezinho	04/10
69		Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Padroeira	Pedra Branca	18/10
70		Nossa Senhora das Graças	Santa Rita / Várzea Nova	23 a 26/10
71		Festa da Padroeira	Ingá	25 a 26/10
72	NOV.	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Santa Rita / Igreja do Rosário	01 a 02/11
73		Festa de São Jose	Parari	08/11
74		Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças	Caldas Brandão / Cajá	18 a 23/11
75		Procissão de Nossa Senhora da Penha	João Pessoa / Praia da Penha	23/11
76		Festa da Padroeira de Nazaré	Pocinhos	23 a 25/11
77	DEC.	Romaria da Sagrada Família	Bananeiras / Cruzeiro de Roma	01 a 08/12
78		Festa de Nossa Senhora da Conceição	Malta	01 a 08/12
79		Festa da padroeira de Santa Luzia	Santa Luzia / Igreja Matriz	01 a 13/12
80		Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição	Itabaiana	06 a 08/12
81		Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem	Bananeiras	07/12
82		Festa de Iemanjá	João Pessoa	08/12
83		Festa da Padroeira	Areia	08/12
84		Festa de Nossa Senhora da Conceição	Caldas Brandão / Sítio Umburana	08/12
85		Festa de Nossa Senhora da Conceição	Pocinhos	08/12
86		Festa de Santa Luzia	Bananeiras / Distrito Tabuleiro	13/12
87		Festa da Padroeira de Arruda	Pocinhos	22 a 23/12
88		Festividade de Natal e Ano Novo	Ingá	23 a 31/12
89		Festa Natalina	Brejo do Cruz	24/12
90		Festa de Natal	Caldas Brandão / Cajá	24/12
91		Natal	São Domingos de Pombal	24/12
92		Festa de Natal	Curral Velho	24/12
93		Festa Natalina	Aguiar	24 a 25/12
94		Festa Natalina – Auto de Natal	Santa Rita / Praça Getúlio Vargas	24/12 a 01/01
95		Natal	Prata	25/12
96		Natal	Pedra Branca	25/12
97		Festa da Padroeira	Brejo do Cruz	28/12

Tabela 3 – Relação dos eventos religiosos na Paraíba para o ano de 2003 (fonte: PBTUR)

Mesmo tendo mais treze festividades sem data indicada, totalizando assim 110 eventos religiosos (Tabela 4), as informações de contato fornecidas pela PBTUR permitirão preencher tais lacunas.

Nº	EVENTOS	CIDADE/LOCAL	DATAS
98	Festa de Nossa Senhora da Penha	Baía da Traição	A definir
99	Festa de São Bento	Cabaceiras	A definir
100	Festa do Cruzeiro da Menina	Cabaceiras	A definir
101	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Cabaceiras	A definir
102	Dia da Ação de Graça	Campina Grande / Parque do Povo	A definir
103	Festa da Padroeira	Campina Grande / Parque do Povo	A definir
104	Recital de Natal	Campina Grande / Centro da Cidade	A definir
105	Concerto de Natal	João Pessoa / Centro Histórico	A definir
106	Festividade de João Pedro	Mãe D'água	A definir
107	Festa do Bom Jesus Eucarístico Aparecido	Sousa	A definir
108	Festa de Santana	Sousa / Paróquia Santana	A definir
109	Festa de Nossa Senhora dos Remédios	Sousa	A definir
110	Festa do Padroeiro São Francisco	Várzea / Praça Pública	A definir

Tabela 4 - Relação dos eventos religiosos na Paraíba para o ano de 2003, sem data indicada (fonte: PBTUR)

Exemplos de possíveis pesquisas podem incluir o estudo comparado das suas estruturas funcionais devocionais, das relações de prestígio e poder entre as organizações de leigos que as fomentam, observando as mudanças no processo histórico, assim como estudos de casos específicos tanto em função do valor histórico intrínseco da devoção em questão quanto pela sua relação com determinado compositor no qual o pesquisador esteja particularmente interessado (Cf. SOTUYO BLANCO, 2004a, 2004c, 2004d; NUNES & SOTUYO BLANCO, 2004).

Para concluir esta exposição de possíveis tipos de ações musicológicas, deve-se ressaltar que é importante fazer uso de todas as ferramentas disponíveis (técnicas e tecnológicas) a fim de garantir a máxima divulgação de todos os resultados obtidos, incluindo a realização e publicação de catálogos, inventários e índices, utilizando as normas de catalogação e as ferramentas de indexação apropriadas (segundo o caso, RISM-Br, RILM-Br, ou RIDIM-Br, junto às normas ISAD(G) ou NOBRADE), edição e execução de partituras e/ou repertórios históricos (realizadas segundo critérios editoriais acadêmicos aceitos internacionalmente - Cf. GRIER, 1996), junto a uma consistente presença na mídia local, nacional e internacional, tanto quanto possível. Nesse sentido, todo e qualquer projeto deveria poder contar com os apoios institucionais específicos (acadêmicos ou não) aos seus objetivos, a fim de garantir a consecução dos mesmos no tempo previsto.

Considerações finais

Entre os resultados esperados das ações musicológicas aqui propostas, poder-se-iam destacar:

1. o resgate da memória cultural e histórico-musical da Paraíba;
2. o re-aquecimento do interesse e envolvimento da comunidade paraibana com os aspectos musicais da sua cultura histórica;
3. a valorização do passado histórico musical e cultural paraibano;
4. o fortalecimento das relações entre a sociedade e a academia, através da organização de seminários, eventos, palestras, e/ou publicações decorrentes dos diversos projetos desenvolvidos.

Deixo aqui, para encerrar, uma reflexão que, embora alarmante, procura chamar a atenção para a necessidade do desenvolvimento da musicologia em todos os Estados do nordeste brasileiro.

De que adiantaria produzir cultura [...] no Nordeste se ele devesse ser “deslocado” e “promovido” aos “depósitos de cultura” das metrópoles brasileiras ou estrangeiras para ganhar “durabilidade” ou permanência? Eis o visível prejuízo que essa região ganha a partir do preconceito de um Brasil que ainda custa em se assumir como plural e se articular na sua múltipla dimensionalidade. O *status quo* de aceitação ou “convivência” com tais práticas metodológicas (compreendida como consequência da influência museística e “coleccionista” franco-germânica em relação às culturas “externas”) fez parte da negligência local e regional em relação aos arquivos [...], os quais ainda se ressentem das “doações” e “vendas” de documentos locais, realizadas com particulares e/ou instituições metropolitanas. (SOTUYO BLANCO, 2003; COTTA & SOTUYO BLANCO, 2006).

Referências

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. *Cidade de João Pessoa. A memória do tempo*. 2ª ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993.

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. História. Disponível em <<http://www.arquidiocesepb.org.br/>>. Acessado em 16 mar. 2008.

- . Disseminação da obra de Damião Barbosa de Araújo no Brasil. *ICTUS* 6, Salvador, 2005, p. 187-210.
- . Filarmônicas da Bahia: desenvolvimento sustentável ou politicamente dependente? In: XVI Congresso da ANPPOM, 2006, Brasília - DF. ANPPOM - Brasília 2006 - XVI CONGRESSO - *Anais* [CD-ROM]. Brasília: Editora UnB, 2006, p. 489-494.
- . Diagnóstico, estratégias e caminhos para a Musicologia Histórica Brasileira II: da musicologia da totalidade à musicologia de periferia e de fragmentos. In: VII Seminário Nacional de Pesquisa em Música [VII SEMPEM], 2007, Goiânia - GO. *Anais do VII SEMPEM*. Goiânia - GO: Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* - EMAC-UFG, 2007. p. x-xx.
- S.S. JOÃO PAULO II. *Código de Derecho Canónico*. Roma, 1983. Disponível em <<http://www.vatican.va/archive/ESL0020/>>. Acessado em 15 mar. 2008.
- . Discurso aos Bispos do Regional Nordeste III do Brasil em visita “Ad Limina Apostolorum”. 10 de dezembro de 2002, xxx
- SUMÉ (PB). *Galeria de Fotos*. Disponível em <<http://sonielsonsilva.sites.uol.com.br/dec40.htm>>. Acessado em 14 mar. 2008.

Pablo Sotuyo Blanco é Doutor em Música pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, onde atua como Professor Adjunto e pesquisador em Musicologia e Composição, estando também integrado ao Núcleo de Estudos Musicais (NEMUS) coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Veiga. Mais informações podem ser obtidas em <<http://www.psotuyo.ufba.br>> ou em <<http://lattes.cnpq.br/3907830516639358>>.